

Vale do Rio Doce

Adunicamp participa da resistência à venda da Vale

A Adunicamp integrou o Comitê em Defesa da Vale do Rio Doce em Campinas, para o qual nomeou como representante o professor José Ricardo Figueiredo, da FEM, ex-presidente desta Associação. Este comitê realizou uma série de atos públicos buscando esclarecer a população de Campinas, onde a Vale não atua diretamente, sobre a gravidade da venda desta gigantesca empresa para o futuro do país.

São as seguintes as razões para este posicionamento da Adunicamp:

Primeiro, como cidadãos brasileiros preocupados o fato de que a privatização da Vale traz, como se temia, o grave risco da desnacionalização das decisões acerca da exploração e comercialização dos recursos minerais do país.

Segundo, como funcionários públicos permanentemente sacrificados sob alegação de falta de recursos, é enervante observar a sistemática subestimação financeira das estatais privatizadas, num flagrante desrespeito pelo erário público por parte daqueles que deveriam defendê-lo. Esta dilapidação dos recursos públicos se completa pela liberalidade na concessão de ajuda a bancos falidos e de vultosos incentivos fiscais a empresas.

Terceiro, como professores e pesquisadores científicos, sabemos que, além das agências de fomento, as empresas públicas são os maiores investidores em pesquisas no país, tanto através de convênios com universidades como diretamente em seus centros de pesquisa e desenvolvimento. As empresas multinacionais investem aqui muito pouco em ciência e tecnologia, até porque o pagamento de royalties para as empresas matrizes é uma forma importante de remessa de lucros. Entre as empresas privadas nacionais, seja pelo seu porte reduzido ou pela dependência de tecnologia externa, poucas dedicam significativamente recursos para ciência e tecnologia. Com isto, a política de liquidação de empresas estatais tende a privar as universidades de fontes importantes de recursos para pesquisas, assim como a privar os alunos que formamos da possibilidade de obter empregos cientificamente criativos e inovadores.

Quarto, a mesma ideologia privatizante que dilapida o patrimônio público tem também ameaçado permanentemente as universidades públicas com as propostas de cobrança do ensino, que a comunidade acadêmica repudia.

Apesar da consumação do leilão de venda da Vale, acreditamos que nossa participação no Comitê não foi em vão. Os protestos contra a venda da Vale tiveram impacto na população, que em geral não concordou com a política entreguista. Permanecem existindo 135 ações na justiça contra o leilão da Vale que poderão, em tese, levar à sua anulação. Enfim, a luta não está encerrada.

Sub-avaliações:

o lucro contra o patrimônio

Os valores pelos quais as empresas públicas vêm sendo vendidas não são estabelecidos em função do seu patrimônio, ou do custo real de se construir outra empresa de porte semelhante. Os critérios de avaliação são baseados numa expectativa de lucratividade do comprador da empresa por certo horizonte de tempo.

Enquanto o valor do patrimônio constituiria um critério minimamente objetivo de avaliação, a adoção da expectativa de lucratividade abre caminho para toda sorte de subjetividades. Como extrapolar os lucros futuros? Qual o horizonte de tempo razoável?

No caso da Vale, a extrapolação dos lucros atuais subestima claramente os lucros futuros: os investimentos em Carajás já foram amortizados em sua maior parte, as descobertas de ouro e cobre na região ampliam o potencial de lucratividade e, a longo prazo, o fato dos recursos naturais serem finitos prenuncia fortes aumentos de preços dos minérios mais escassos. Por outro lado, o horizonte de tempo de 30 anos adotado para a Vale é ridículo tendo em vista que esta empresa dispõe de reservas conhecidas de ferro para 400 anos, de alumínio para 100 anos, e assim por diante.

Tanta subjetividade tem sido usada a favor dos compradores desde a primeira grande privatização, da Usiminas, patrocinada por Fernando Collor de Mello: o patrimônio de 8 bilhões de dólares daquela empresa foi amesquinçado para 1 bilhão, aceitando ainda moedas podres. Foi por causa desta mesma subjetividade suspeita que o controle acionário sobre o patrimônio da Vale, superior a 34 bilhões de dólares, bem como sobre os direitos de exploração mineral, foi adquirido por 3,2 bilhões de reais.

A desnacionalização disfarçada

Segundo a primeira notícia acerca do leilão da Vale, o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional, sob a direção do empresário brasileiro Benjamim Steinbruch, venceu o Consórcio Valecom, liderado por Antônio Ermírio de Moraes, oferecendo ágio de 19,99% sobre o preço mínimo.

A notícia tende a tranquilizar quem esteja preocupado com a perda da soberania nacional sobre a mineração. Porém, com um pouco mais de atenção aos detalhes tal tranquilidade se desfaz.

O Consórcio Brasil, que adquiriu 41,73% das ações com direito a voto é constituído pela CSN, com 16,30%, Fundos de Pensão com 10,43%, Eletron S.A. (Banco Oportunity) com 10,00% e o Sweet River (Nations Bank) com 5,00%. Entretanto, dos 1,3 bilhão de reais com que a CSN entrou no negócio, 1,2 bilhão foram empréstimos do Nations Bank, quarto maior banco americano. Portanto a participação da CSN pode ser assumida pelo Nations Bank a qualquer momento, que assim adquire a maioria das ações dentro do Consórcio "Brasil".

Entre o restante das ações também existem grupos estrangeiros, além de ações pulverizadas entre o público, que podem ser adquiridas pelo Nations Bank. O fim do controle estatal sobre a maioria das ações deixa o caminho livre para a desnacionalização definitiva do subsolo brasileiro.

O tamanho do crime

José Ricardo Figueiredo

São duas grandes estradas de ferro, onze portos, incluindo dois grandes portos marítimos, cinquenta navios, inúmeras instalações espalhadas em nove estados brasileiros, formando um patrimônio avaliado em 34 bilhões de dólares, sem contar os direitos de exploração de minérios em quantidade e valor rigorosamente incalculáveis. O controle acionário sobre esta gigantesca empresa foi vendido no bater do martelo por 3,2 bilhões de reais. Financeiramente, o tamanho do crime come-

tido pelos vendilhões da Vale do Rio Doce situa-se na casa das dezenas ou centenas de bilhões de dólares.

A posse do patrimônio mineral brasileiro foi a grande inspiração de nossa mais conhecida insurreição anti-colonialista, a Inconfidência Mineira. A consciência da importância deste patrimônio ficou gravada em nossa Bandeira Republicana no losango amarelo que simboliza o ouro e demais riquezas minerais. Historicamente, o tamanho do crime cometido pelos vendilhões da Pátria corresponde a enxovalhar nossos heróis, rasgar nossa bandeira, recolonizar nosso país.

Existem fartas razões políticas, econômicas, morais e jurídicas para anular a negociata da venda da Vale. Será objetivo natural de qualquer futuro governo, se for patriótico, retomar o controle da nossa produção mineral pelo povo brasileiro. Mas isto precisará ser feito com enorme cuidado. Os países desenvolvidos, e os Estados Unidos em particular, não costumam tratar suas propriedades com a mesma leviandade com que a Vale lhes está sendo vendida. Ao contrário, costumam defender até militarmente suas empresas e os recursos naturais a que têm acesso. Política e estrategicamente, o crime cometido pelos vendilhões da Pátria pode chegar a ser do tamanho de uma intervenção militar estrangeira.

Um crime deste tamanho não é feito por uma só pessoa. Os vendilhões dominam o Executivo, cujo empenho em vender a Vale passou por cima da oposição de toda sociedade civil, e por cima da própria promessa eleitoral do presidente de não vender a Vale e a Petrobrás. Os vendilhões são a maioria governista e a direita no Legislativo, que evitaram a discussão política do assunto naquele fórum privilegiado.

Vendilhões são também os barões da grande imprensa, especialistas em promover a mais tendenciosa e obsessiva defesa do privatismo, do estado mínimo, da desregulamentação e da globalização. Quão grandioso o trabalho destes órgãos de informação! Só após o leilão a Rede Globo informou seus telespectadores sobre o gigantismo da Vale, seu faturamento anual superior a 5 bilhões de dólares, etc. Só após o leilão a Folha de São Paulo divulgou para seus leitores as dezenas de milhões de Reais que a Vale dedicava anualmente a investimentos sociais nas regiões onde atua.

Embora os vendilhões sejam tantos e tão poderosos, nossa tradição republicana presidencialista assegura especial responsabilidade ao Supremo Mandatário. Pelo tamanho do crime que liderou, Fernando Henrique Cardoso escreveu seu nome na História, ao lado de Joaquim Silvério dos Reis, como um execrável traidor da Pátria.

José Ricardo Figueiredo é professor da Faculdade de Engenharia Mecânica